

Índice de Vulnerabilidade Social do município de São João da Barra dentro do espectro do Norte Fluminense

SOCIAL VULNERABILITY INDEX OF THE MUNICIPALITY OF SÃO JOÃO DA BARRA UNDER THE SCOPE OF THE NORTH OF RIO DE JANEIRO STATE

Resumo:

O artigo busca analisar o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) do município de São João da Barra, Região Norte Fluminense (NF), cotejando-o com indicadores de outros municípios da região, além de buscar outros índices no esforço de compreender o processo de mudança por que vem passando o município. O IVS é um índice sintético produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a partir de dados publicados no Atlas do Desenvolvimento Humano (ADH), num comparativo entre a realidade de 2000 e de 2010, e se constitui na metodologia deste estudo. Os pesquisadores e técnicos ressaltam a pesquisa primária, mas reconhecem o quanto os índices sintéticos podem trazer subsídios para a implantação de políticas públicas. O estudo busca mostrar que São João da Barra, a exemplo do que ocorreu em todo o País, apresenta melhoras no IVS. É necessário, porém, que o tema da Vulnerabilidade esteja na pauta dos governos como desafio a ser vencido no que tange às desigualdades sociais.

Palavras Chave: Vulnerabilidade social. Índices. Município de São João da Barra, Norte Fluminense.

Abstract:

The article seeks to analyze the Índice de Vulnerabilidade Social - IVS (Social Vulnerability Index) of the municipality of São João da Barra in the North of Rio de Janeiro State (NF), comparing it with indicators from other municipalities in the region, as well as searching for other indexes in an effort to understand the process of change that has been experiencing. The IVS is a synthetic index developed by the Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea (Institute for Applied Economic Research), based on data published in the Atlas do Desenvolvimento Humano - ADH (Atlas of Human Development in Brazil), in a comparison between the reality of 2000 and 2010, and it constitutes the methodology of this study. Researchers and technicians emphasize primary research, but recognize how much synthetic indexes can bring subsidies for the implementation of public policies. The study shows that São João da Barra, as it happened throughout the country, shows improvement in the IVS. It is necessary, however, that the issue of Vulnerability be on the agenda of governments as a challenge to be overcome with regard to social inequalities.

Keywords: Social vulnerability. Indexes. Municipality of São João da Barra, North of Rio de Janeiro State.

Ana Lucia Mussi de Carvalho Campinho ¹

Mestre em Educação (UFF), doutoranda do Programa em Planejamento Regional e Gestão da Cidade, Universidade Candido Mendes-Campos (UCAM/Campos) E-mail: almccampinho@gmail.com

Ana Paula Serpa Nogueira de Arruda ²

Doutora em Sociologia Política, docente do Programa em Planejamento Regional e Gestão da Cidade, Universidade Candido Mendes-Campos (UCAM/Campos) E-mail: serpanogueira@gmail.com

1. Introdução

A preocupação em documentar e compreender as mudanças que ocorrem no mundo, por vezes de forma disruptiva, imbricadas num complexo de relações político-econômico-sociais, tem motivado os setores organizados da sociedade civil a pressionar o Estado e os agentes políticos no sentido de incluir em suas agendas um planejamento, políticas de curto, médio e longo prazos, no sentido do enfrentamento das desigualdades sociais e regionais, redução da marginalização e melhoria da qualidade de vida das populações.

Mensurar as mudanças e esses impactos econômicos e sociais constituiu-se em um processo que, no decorrer do tempo, foi ganhando protagonismo, principalmen-

te quando requer a atuação do Estado. Se retomarmos o período do pós-Segunda Guerra Mundial, com a luta dos países europeus pela sua reestruturação, a preocupação iminente e necessária era a de promover o crescimento econômico. À época, a concepção de crescimento foi compreendida como proxy de desenvolvimento, e essa mensuração tornou-se possível por meio da renda per capita de um país, estado ou município. No entanto, embora fosse um bom indicador econômico, o cálculo do Produto Interno Bruto – PIB per capita não chegava a traduzir a natureza desigual do crescimento, pois não mensurava a qualidade de vida e o bem-estar da sociedade. Assim é que os índices e indicadores foram se

aperfeiçoando, e muitos deles têm sido utilizados como insumos básicos no processo de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas.

Para Costa e Lutosa (2007), diante do impasse a respeito do PIB, houve um esforço conceitual e metodológico com o objetivo de desenvolver instrumentos para a mensuração do bem-estar e da mudança social, culminando com a criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) pelo Programa das Nações Unidas. Silva et al. (2010) destacam outros índices nessa linha de avaliação do desenvolvimento socioeconômico e da qualidade de vida, como o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), que mede o desenvolvimento humano municipal pela renda, longevidade e educação; o Índice Social Municipal (ISM); o Índice de Condições de Vida (ICV); o Índice de Desenvolvimento da Família (IDF); o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM); dentre outros.

À medida que os estudos incorporaram dimensões relacionadas a melhorias na área de educação, saúde, saneamento básico, habitação, qualidade ambiental, longevidade, o desenvolvimento assumiu uma característica multidimensional (Idem, 2010). Nesta via de entendimento, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) criou a plataforma do Atlas da Vulnerabilidade Social no Brasil com a distribuição espacial dos indicadores que informam sobre exclusão social, pobreza e vulnerabilidade social. Baseado nesses dados do Atlas de Vulnerabilidade Social, o Ipea construiu o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), um índice sintético (de 2ª geração)

2. Metodologia

A pesquisa se apoiou nos dados da plataforma do Atlas da Vulnerabilidade Social do Ipea, publicado em 2015, que possibilitou a criação do IVS, índice capaz de evidenciar situações de exclusão, vulnerabilidade e pobreza nos municípios brasileiros, Unidades da Federação (UF), Regiões Metropolitanas e Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH). O estudo do Ipea também se apoiou nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Este cálculo do IVS é feito por meio de uma média entre três subíndices: Renda e Trabalho, Capital Humano e Infraestrutura Urbana, construídos em função de indicadores extraídos da plataforma do ADH, com base nos Censos Demográficos do IBGE de 2000 e de 2010 e agrupados em três conjuntos de ativos, em que a sua posse ou privação determina as condições de bem-estar das populações nas sociedades contemporâneas. A definição de vulnerabilidade social deste IVS está ancorada, precisamente, nesse apontamento do acesso, da ausência ou da insuficiência de tais ativos, transformando-se, assim, num instrumento de identificação das falhas de oferta de bens e serviços públicos no território nacional.

O IVS varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo a 1, maior é a vulnerabilidade social de um município. Para municípios que apresentam IVS entre 0 e 0,200, considera-se *muito baixa* a vulnerabilidade social. Valores entre 0,201 e 0,300 indicam *baixa* vulnerabilidade social.

com indicadores de base que discutem bem-estar social e qualidade de vida.

Este artigo objetiva apresentar o IVS do município de São João da Barra, analisando-o no espectro de outros municípios do Norte Fluminense (NF), com maior ênfase no subíndice Infraestrutura Urbana. Essa leitura do IVS se constitui na própria metodologia do trabalho, como se verá na sessão 2. O estudo também vem apoiado em pesquisa bibliográfica e no levantamento de dados em fontes secundárias. Na sessão 3, apresentaremos, dentro da composição da Região NF, o município de São João da Barra na sua relação com os demais municípios da região; na sessão 4, última sessão, realizaremos a análise dos dados apresentados. As inferências a respeito do IVS, bem como as comparações com outros índices e dados de pesquisa permitiram concluir, ainda que parcialmente, que esses municípios apresentam dificuldades para a aplicação de recursos oriundos da arrecadação dos royalties e das participações especiais, na criação e implementação de políticas de curto, médio e longo prazos, de modo a garantir o desenvolvimento do município e da região num futuro pós-petróleo, efetivando, portanto, o compromisso intergeracional inerente a essas rendas.

Subsidiaremos estudos Costa e Lutosa (2007), Piquet (2007), Silva e Piquet (2014), Monié (2011), Santos (1978), Serra et al. (2006), Silva et al. (2010), Orair e Alencar (2010), Cruz (2012), Tramont, Deodato e Santos (2016), Coutinho (2017), bem como estudos desenvolvidos por institutos de pesquisa.

Aqueles que apresentam IVS entre 0,301 e 0,400 são de *média* vulnerabilidade social, ao passo que, entre 0,401 e 0,500, representam *alta* vulnerabilidade social. Qualquer valor entre 0,501 e 1 indica que o município possui *muito alta* vulnerabilidade social.

Este trabalho, como mencionado, dá atenção especial ao IVS do município de São João da Barra dentro do espectro do NF, abordando os três subíndices, com maior destaque para a Infraestrutura Urbana, subíndice calculado a partir dos seguintes indicadores: a) pessoas que residem em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados (peso 0,300)³; b) domicílios sem coleta de lixo (peso 0,300)⁴; e c) pessoas que gastam mais de uma hora até o trabalho, considerando a população com mais de 10 anos de idade que mora em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo (peso 0,400)⁵.

Em alguns aspectos, essa leitura do IVS vem corroborada por estudos realizados pelo IBGE, pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rio de Janeiro (SEBRAE/RJ) ou pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN/RJ), dentre outros, sobre a região.

3. A Região Norte Fluminense numa breve releitura

Nove municípios compõem a Mesorregião NF onde está localizado o município de São João da Barra: Macaé, Conceição de Macabu, Carapebus, Quissamã, Campos dos Goytacazes, São Fidélis, Cardoso Moreira e São Francisco do Itabapoana. Esses municípios são agrupados em duas microrregiões⁶: Campos dos Goytacazes e Macaé, e abrangem uma área de 9.730km², correspondentes a 22,2% do território do estado. De acordo com o IBGE (2017), apenas 5,5% de toda a população estadual vivem nessa região. Campos dos Goytacazes concentra mais da metade dessa população, com 487,2 mil habitantes. O setor de Serviços concorre significativamente para a economia. Reafirmado pelas pesquisas da FIRJAN (2018), o Norte Fluminense é o segundo polo industrial do estado. A indústria representa 46% do PIB da região, com destaque para o setor de petróleo e gás. Os municípios de Campos e Macaé são os que mais arrecadam e respondem por 81% do Produto Interno Bruto da região; São João da Barra responde por 11% do PIB.

Dados da Fundação Centro Estadual de Estatística, Pesquisa e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (CEPERJ) apontam que cinco municípios fluminenses localizados na Zona de Produção Principal da Bacia de Campos concentram 64% do PIB do Estado do Rio de Janeiro (ERJ): Campos dos Goytacazes, Macaé, São João da Barra, Carapebus e Quissamã, pois reúnem a maior parte da arrecadação das receitas petrolíferas, um volume de recursos que traria a esses municípios capacidade de fomentar seu desenvolvimento⁷. Em contrapartida, os municípios de São Fidélis, São Francisco de Itabapoana, Cardoso Moreira e Conceição de Macabu recebem repasse pouco expressivo, insuficiente para gerar esse desenvolvimento.

No tocante à distribuição em esfera municipal, Serra, Terra e Pontes (2006, p.62) consideram que essa concentração de rendas em poucos municípios resultou

de dois fortes fatores: da concentração da atividade de exploração e produção de petróleo e gás - E&P na Bacia de Campos e das regras estabelecidas por um forte determinismo para o rateio das rendas petrolíferas, que priorizou a proximidade física, ou a confrontação de municípios costeiros com as áreas de E&P na plataforma continental, em detrimento dos efetivos impactos territoriais da indústria. Para esses autores, o fato de determinado município receber somas expressivas de rendas petrolíferas, desproporcionais aos impactos negativos da atividade de E&P no território, possibilitou o surgimento do termo petrorrentista⁸ (ou recebedor de rendas do petróleo) em oposição ao termo produtor, utilizado nas organizações.

Cruz (2012, p. 42) ressalta a existência de uma segmentação entre os municípios participantes da economia regional: i) os que recebem royalties e equipamentos de capital fixo, em que o mercado de trabalho relativo à indústria é importante e motiva o crescimento populacional, que seria o caso de Macaé; e ii) os que recebem royalties, mas não foram beneficiados com os investimentos físicos diretos nem sofreram alteração nas taxas de crescimento demográfico, como Campos dos Goytacazes e São João da Barra e os municípios que apresentam um mercado de trabalho pouco dinâmico, mas vêm mantendo altas taxas de população, como Carapebus e Quissamã, em função de terem se desmembrado de dentro desse contexto das rendas petrolíferas e se firmado como cidades-dormitório; e iii) os que se situam como *periferias* deste processo, com esvaziamento econômico e demográfico, municípios não beneficiados com rendas milionárias nem com instalações do complexo⁹.

Considerando a significativa arrecadação, entre os anos de 2014-2017, que somou 5.148.120 bilhões de reais, a disparidade é flagrante, como mostra a Figura 1.

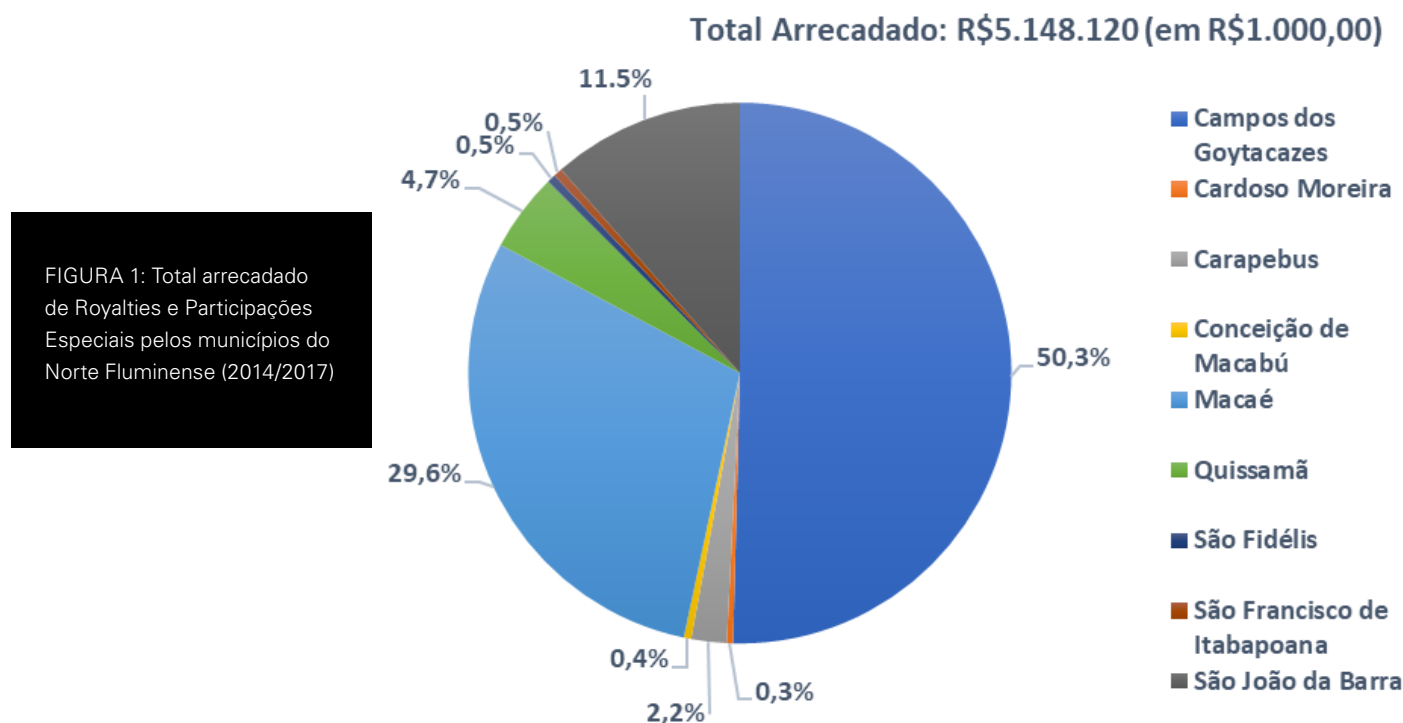


FIGURA 1: Total arrecadado de Royalties e Participações Especiais pelos municípios do Norte Fluminense (2014/2017)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Info Royalties (em valores correntes) pelos municípios do Norte Fluminense (2014/2017)

Pela Figura 1, considerados os quatro anos, lê-se em sentido horário, em termos percentuais, que Campos dos Goytacazes arrecadou 50,5% desse total; Cardoso Moreira, apenas 0,3%; Carapebus, 2,2%; Conceição de Macabú, 0,4%; Macaé, 29,6%; Quissamã, 4,7%; São Fidélis, 0,5%; São Francisco de Itabapoana, 0,5%; São João da Barra recebeu 11,5%. Há uma enorme desproporção nessa distribuição no NF, uma vez que 91,4% das verbas caem nos cofres de três municípios apenas. Fração tão significativa poderia ter elevado significativamente seus índices de desenvolvimento e bem-estar social, o que não se verificou.

Sendo nosso foco central o município de São João da Barra, analisamos mais detidamente a arrecadação desse município. Em 2007, São João da Barra arrecadou R\$ 45.948.760,90, valor que triplicou em 2008 e chegou a quintuplicar em 2011, mantendo-se nesse patamar aproximado até 2014. Este crescimento foi resultante principalmente da valorização das *commodities* e, portanto, de alta no preço do barril de petróleo no mercado mundial. A crise que se instalou a partir de 2015, gerada em escala global, somada às dificuldades político-econômicas enfrentadas pelo Brasil nesse período computaram um cenário dramático no País. Principalmente as regiões, estados e municípios onde as economias são dependentes dessas rendas petrolíferas, as contenções, redução de projetos e da máquina administrativa arrasaram consigo o desemprego e a interrupção de serviços de atendimento sociais, o que atingiu severamente os mais pobres. Recentemente, a melhora no preço do barril de petróleo, no comércio internacional, as alterações na legislação e nas políticas de E&P no Brasil comecem a evidenciar melhoria na produção e nos lucros. É verdade que a riqueza que jorra nos cofres públicos desses municípios petrorrentistas deveria possibilitar condições substantivas para o desenvolvimento dessa região para, inclusive, reagir a esses períodos difíceis. No entanto, o conforto que os altos valores dos royalties proporcionam à administração tem gerado também nos municípios uma tendência a descuidar ou evitar o ônus político advindo da arrecadação dos recursos que são

de sua competência. Orair e Alencar (2010) destacam estudos microeconômicos aplicados ao setor público que traduzem os efeitos distorcivos das transferências no comportamento dos entes federados e no equilíbrio fiscal. Acrescentam que o elevado grau de dependência induz à ineficiência na arrecadação, a uma preguiça fiscal, considerada na literatura um comportamento freerider (carona). A necessidade da diversificação das fontes de arrecadação é um grande desafio para essas administrações.

Na verdade, essas rendas têm concorrido para uma falsa impressão de que os bens públicos produzidos pelo governo local possuem um custo muito baixo em relação ao preço real, concorrendo para a construção de um quadro de incertezas e ameaças, desviando o compromisso intergeracional dessas receitas com políticas destinadas à construção de oportunidades mais promissoras para um desenvolvimento social e humano. Piquet (2007, p.30-31) reforça que a questão do petróleo ultrapassa a esfera local/regional, pois se trata de investimentos voltados a promover o desenvolvimento regional, mas afeitos à lógica internacional do capital.

Outro ponto que prejudica os municípios aquinhoados pelas receitas de petróleo tem sido a tendência a ampliar os investimentos em infraestrutura e serviços públicos, com ampliação de despesas com contratação de pessoal, numa sobrecarga da máquina pública. Este processo é real nos municípios como São João da Barra, que, na avaliação do Tribunal de Contas do Estado-RJ, TCE-2017, ainda não conseguiu equilibrar a máquina administrativa, haja vista que 134% do total da receita corrente são comprometidos com despesas correntes. Entre 2011 e 2016, enquanto as despesas correntes aumentaram 46%, as receitas recuaram 25% (TCE-RJ, p.96). Diante de razões dessa natureza, seria possível compreender a 76.^a posição do município de São João da Barra, dentre as 92 cidades do ERJ, no quesito investimento, segundo a jurisdição do TCE (TCE-RJ. ESTUDOS ECONÔMICOS, 2017).

3.1 O município de São João da Barra no espectro da Região Norte Fluminense

O município de São João da Barra (NF) possui área territorial de 454,669 km² e densidade demográfica de 71,96 hab/km². Está localizado no NF entre os municípios de Campos dos Goytacazes e São Francisco de Itabapoana.

A história do município é marcada pela presença de pescadores desde a sua fundação, em 1622, quando esses trabalhadores do mar, oriundos de Cabo Frio, fundaram uma pequena aldeia na região de Atafona. Em 1676, o povoado foi elevado à categoria de Vila (TCE-RJ, ESTUDOS SÓCIOECONÔMICOS, 2017). À época, a economia local girava em torno da pesca, da criação de gado e do início da cultura da cana. O crescimento da produção do açúcar na região impulsionou o transporte fluvial e, no século XVIII, esse tipo de transporte ganhou força devido ao escoamento da produção açucareira para Salvador, Bahia.

Em 1850, face à prosperidade da região, o imperador Dom Pedro II elevou a Vila de São Pedro da Praia à categoria de Cidade. Com o passar dos anos, em função da concorrência com outros portos de maior capacidade e do assoreamento da foz do Rio Paraíba do Sul, a Companhia de Navegação da cidade foi vendida e São João da Barra sofreu forte decadência¹⁰. Sua economia, porém, só não sucumbiu devido ao surgimento da Indústria de Bebidas Joaquim Thomaz de Aquino Filho e à força da

agroindústria sucroalcooleira na região, cujas elites dominaram a dinâmica não só econômica, mas política e social de todo o NF.

Nos anos 1970, essa indústria do açúcar, mesmo buscando a modernização dos processos e de desenvolvimento, perdeu fôlego no mercado regional e nacional, principalmente em função da oferta da produção paulista. O resultado dessa crise na economia sucroalcooleira foi o alto nível de desemprego, a precarização do trabalho e o aumento da pobreza, em especial, nas periferias da cidade. A economia do município de São João da Barra, sob forte retração, ficou basicamente dependente da agropecuária e pesca, da indústria de bebidas, dos serviços do turismo e do artesanato.

A descoberta do petróleo na Bacia de Campos (BC), no final dos anos 1970, sopra novos ventos para a economia da região. De início, São João da Barra, por ser limítrofe com os campos produtores de petróleo, fez jus aos royalties, tornando-se município produtor a partir de 2000 (TCE-RJ, ESTUDOS SÓCIOECONÔMICOS, 2017).

Em 2007, o município recebe novo dinamismo com a chegada do megaempreendimento do Complexo do Açú¹¹. O Porto do Açú, com nove terminais, divididos em áreas *off shore* e *on shore*, embora seja um empreendimento relacionado ao movimento das relações comerciais em escala global, trouxe para o imaginário

social da região a perspectiva da prosperidade. O funcionamento do Porto do Açu, em 2014, trouxe para o município um aumento da arrecadação do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), o que nos leva a admitir que, dentre os municípios do NF, de São João da Barra parece apresentar algum potencial de melhora, articulado a uma atividade em expansão na economia global, o setor portuário.

O Complexo do Açu abarca mais de um terço do território sanjoanense, com área de 130.000 Km². O empreendimento de tal magnitude alterou o reordenamento do território e interferiu soberanamente na vida de muitos agricultores e pescadores de famílias tradicionais, visto que provocou um processo de expropriação de terras, pois grande parte desses territórios foi demarcada como distrito portuário, processo que gerou ruptura com laços sociais, hábitos, práticas e tradições, afetando a história dessas pessoas e laços familiares com o lugar de vivência.

É preciso observar que esse "território usado" dos sanjoanenses, até então construído por esses municípios, assumiu uma dimensão apartada da dinâmica tradicional do município, quando passaram para o domínio do Portuário do Açu, uma vez que, pela própria natureza multiescalar, as atividades portuárias, voltadas para a circulação de produtos na maior rapidez possível e pelo menor custo, não têm aderência com o local. Como bem ressalta Monié (2011), os transportes desempenham uma função estratégica nas modernas cadeias logísticas, adicionando valor através da articulação de múltiplas escalas, atividades e atores no universo produtivo e mercadológico na perspectiva de um serviço cada vez mais seguro e eficiente.

As cercanias de São João da Barra se moveram em função desse megaporto, o terceiro em extensão no mundo. Para a sua construção, a partir de 2007, um expressivo contingente de trabalhadores da construção civil e, numa proporção menor, profissionais especializados acorrem ao município, impulsionando o mercado de trabalho, provocando um crescimento da população

ativa na região (TRAMONT; DEODATO; SANTOS, 2017). O comércio imobiliário, nos anos de implantação do porto, aqueceu-se consideravelmente, gerando também especulação imobiliária. Este processo influenciou não apenas o município de São João da Barra, mas Campos dos Goytacazes, cidade vizinha de médio porte, gerando pressão sobre os serviços existentes (COUTINHO, 2017).

Se esse projeto do Porto do Açu tramitou em função do comércio nacional e internacional e a posição do Brasil como grande exportador de *commodities*, em escala local, as intervenções no território atingem significativamente os sujeitos reais naquele determinado espaço, gerando disputas. Retomamos aqui Santos (1978), para quem "o espaço é um verdadeiro campo de forças cuja formação é desigual. Eis a razão pela qual a evolução espacial não se apresenta de igual forma em todos os lugares".

Diante desse campo de forças desiguais, cabe ao poder público pensar o desenvolvimento, não apenas sob a ótica do capital. É necessário que ele não se furte a adotar políticas protetivas para compensar os danos humanos, ambientais e urbanos que esse tipo de empreendimento arrasta e garantir que, sob forma de serviços, parte da riqueza produzida no local seja revertida para a população. Ou seja, é preciso ressaltar o compromisso do poder público e da sociedade organizada no sentido de promover o desenvolvimento local e regional, com reflexos mais diretos na qualidade de vida da geração atual e das futuras gerações, quando da aplicação dos recursos.

Todo esse processo reitera a importância da pesquisa, muitas delas traduzidas em índices e indicadores como subsídios para definição e implementação dessas políticas. Frente a esta realidade, a proposta deste artigo foi propor um olhar sobre o IVS do município de São João da Barra e como essa vulnerabilidade vem sendo combatida com políticas públicas.

4. IVS - análise de dados

Em que pese à maior proximidade de 1 representar vulnerabilidade social de um município, a Tabela 1 a seguir apresenta o IVS dos municípios do NF, situando-o nos cenários do ERJ (de 0,413, em 2000, para 0,323,

em 2010), da Região Sudeste (0,406, em 2000, para 0,299, em 2010) e do País (0,446, em 2000, para 0,326, em 2010), um quadro que evidencia a melhora do IVS em todas essas escalas na região.

TABELA 1 – Índices e indicadores de vulnerabilidade social – o município de São João da Barra e demais municípios do Norte Fluminense (2000 e 2010)

Indicadores	2000		2010		Situação
IVS – Brasil	0,446		0,326		
IVS – Sudeste	0,406		0,299		
IVS – Rio de Janeiro	0,413		0,323		
IVS - Municípios do Norte Fluminense	2000	Ranking RJ	2010	Ranking RJ	Situação
Campos dos Goytacazes	0,393	64 ^a	0,303	70 ^a	
Carapebus	0,417	79 ^a	0,337	74 ^a	
Cardoso Moreira	0,345	71 ^a	0,225	80 ^a	
Conceição de Macabu	0,534	36 ^a	0,377	58 ^a	
Macaé	0,412	31 ^a	0,280	55 ^a	
Quissamã	0,436	80 ^a	0,323	69 ^a	
São Fidélis	0,344	38 ^a	0,287	16 ^a	
São Francisco de Itabapoana	0,339	89 ^a	0,281	86 ^a	
São João da Barra	0,449	69 ^a	0,300	52 ^a	

Situação	Descrição
	Mudança positiva de faixa de vulnerabilidade social com diminuição do IVS
	Manutenção da faixa de vulnerabilidade social com diminuição do IVS
	Manutenção da faixa de vulnerabilidade social e manutenção do IVS
	Manutenção da faixa de vulnerabilidade social com aumento do IVS
	Mudança negativa de faixa de vulnerabilidade social com aumento do IVS

Fonte: Aquino, Campinho & Pereira (2018)

De acordo com o quadro geral da mesorregião, todos os municípios do NF apresentaram mudanças positivas nas faixas de vulnerabilidade e diminuição do IVS. Carapebus, Conceição de Macabu, Macaé, Quissamã e João da Barra saíram do quadro de alta para média vulnerabilidade social, este último na faixa limítrofe da baixa vulnerabilidade. Campos dos Goytacazes manteve seu índice, enquanto Cardoso Moreira, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana saem da média para baixa vulnerabilidade. Quando comparados aos demais municípios do ERJ, o cenário se modifica. São João da Barra saiu da 69.^a posição, em 2000, no ERJ, para a 52.^a, em 2010; Carapebus saiu da 78.^a posição para a 74.^a Quissamã, da 80.^a para a 69.^a São Fidélis, de 36.^a para a 16.^a e São Francisco do Itabapoana, de 89.^a para 86.^a posição, este ocupando uma das piores posições do estado. Campos dos

Goytacazes, Cardoso Moreira, Macaé e Conceição de Macabu decresceram no ranking estadual. É, portanto, necessário que se analise mais profundamente a razão por que alguns municípios do NF (a exemplo de Campos dos Goytacazes, Macaé) que recebem altíssima fração de recursos ainda mantêm déficit no IVS e quais políticas públicas devem ser implantadas ou fortalecidas para que se dê o avanço necessário. O mau uso desses recursos por parte da administração pública é uma das acusações atribuídas para esse desnível.

Tratando-se das dimensões do IVS, com os subíndices Renda e Trabalho, Capital Humano e Infraestrutura Urbana, houve melhora em relação a todos esses indicadores no período de 2000-2010. Esta redução na vulnerabilidade se expressa da seguinte forma:

TABELA 2 – IVS em suas dimensões nos municípios do Norte Fluminense (2000 e 2010)

Municípios	IVS Renda e Trabalho			IVS Capital Humano			IVS Infraestrutura Urbana		
	2000 (A)	2010 (B)	Δ % B/A	2000 (A)	2010 (B)	Δ % B/A	2000 (A)	2010 (B)	Δ % B/A
Campos dos Goytacazes	0,463	0,332	-28,3	0,419	0,332	-20,8	0,297	0,244	-17,8
Carapebus	0,446	0,356	-20,2	0,429	0,290	-32,4	0,433	0,323	-25,4
Cardoso Moreira	0,495	0,415	-16,2	0,469	0,378	-19,4	0,286	0,218	-23,8
Conceição de Macabu	0,433	0,326	-24,7	0,413	0,385	-6,8	0,185	0,150	-18,9
Macaé	0,321	0,219	-31,8	0,364	0,291	-20,1	0,331	0,332	0,30
Quissamã	0,503	0,330	-34,3	0,484	0,326	-32,6	0,359	0,243	-32,3
São Fidélis	0,473	0,267	-43,6	0,436	0,320	-26,6	0,127	0,088	-30,7
São Francisco de Itabapoana	0,583	0,452	-22,5	0,564	0,437	-22,5	0,456	0,241	-47,1
São João da Barra	0,498	0,341	-31,5	0,516	0,329	-36,2	0,222	0,171	-23,0

Fonte: Aquino, Campinho & Pereira (2018)

No subíndice IVS, Renda e Trabalho, São João da Barra apresenta percentual (-31,5%), próximo a Macaé (-31,8%) e Quissamã (-34,3%). Provavelmente, o dinamismo da indústria petrolífera foi um dos fatores que mais concorreram para esse resultado favorável.

Em relação ao município de São João da Barra, há um dado específico: a construção do Porto do Açú, entre 2007 e 2012, o maior investimento em infraestrutura portuária da América Latina, que trouxe expressivo crescimento do número de empregos na construção civil na região. Nos anos seguintes, 2013-2014, as mudanças no projeto, a saída do Grupo EBX e, depois, a retomada das obras sob o controle do fundo de investimento EIG Partners, a finalização da construção e o início das operações do Porto do Açú provocaram uma flutuação significativa do quadro de trabalhadores e um crescente grau de desligamentos¹². Cabe ressaltar ainda que, para esses postos de trabalho na construção civil, a exigência de

qualificação profissional era pouco elevada e, portanto, os níveis salariais pouco elevados. Dados do IBGE relativos ao município (ano de referência de 2016) mostram que, mesmo com o dinamismo da indústria petrolífera e a presença do Porto do Açú, persiste uma população excluída, parte significativa de domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, o que representa 38% da população nessas condições. Este percentual leva o município a 12.^a posição, dentre os 92 municípios do estado, e à posição 3007, dentre as 5570 cidades do Brasil (IBGE Cidades – Renda e Trabalho, 2018).

Para auxiliar a análise, é interessante trazer o Índice FIRJAN¹³ de Desenvolvimento Municipal IFDM consolidado de São João da Barra, um índice calculado a partir de indicadores do governo federal relativos a: i) emprego e renda; ii) saúde; e iii) educação.

TABELA 3 - Evolução do Índice IFDM consolidado - São João da Barra

Anos	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
IFDM consolidado	0,7041	0,7356	0,7332	0,7282	0,8000	0,8036	0,7349	0,7492	0,7501	0,7093

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da FIRJAN-2018

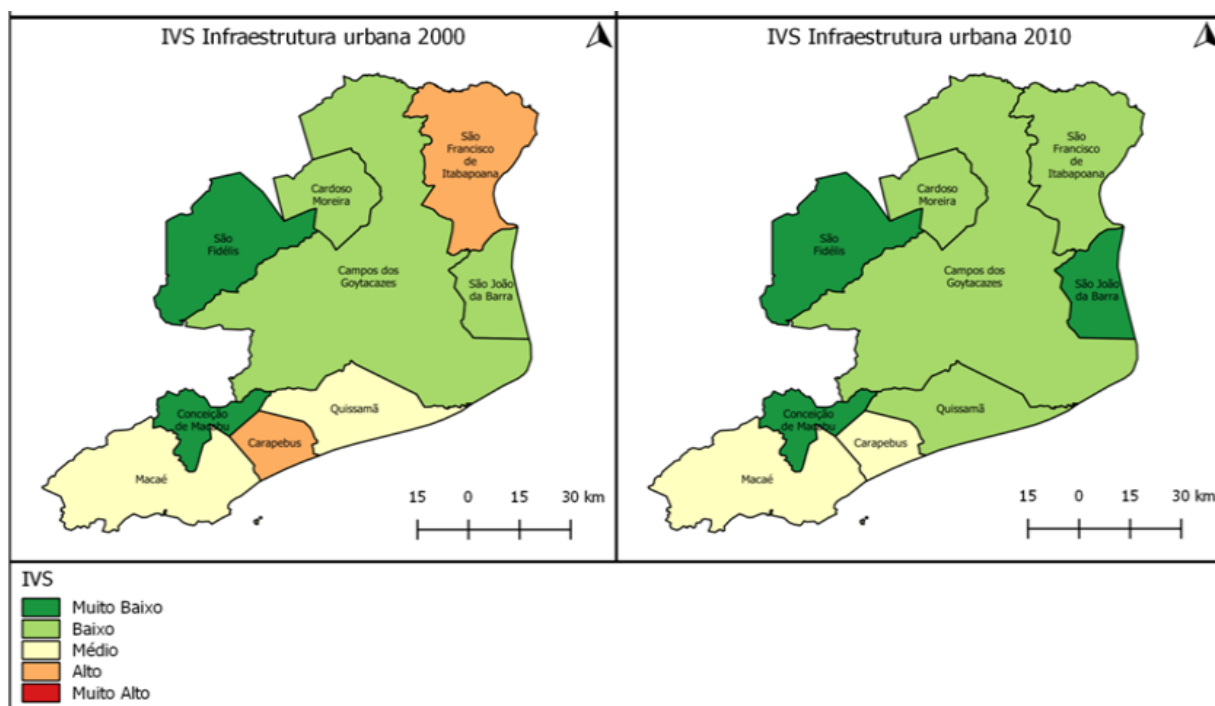
Nota-se que, apenas nos anos de 2011 e 2012, o município alcançou um índice alto de desenvolvimento nos três indicadores. Neste caso específico, é possível inferir que o fato esteja relacionado ao aumento de postos de trabalho na construção civil nas obras do Porto do Açú nesse período, que elevou o indicador trabalho e renda. Em 2013, o declínio estaria associado aos desligamentos na construção civil, que ocorriam no Porto em função das alterações do projeto e, em seguida, ao término das obras. O Porto do Açú inaugura nova etapa de investimentos e de oportunidades de trabalho a partir de 2014. O que se pode ressaltar, contudo, é que, em um período com tantos empreendimentos, o IFDM de São João da Barra, à exceção de 2011 e 2012, não mostrou variação significativa.

Considerando o subíndice do IVS Capital Humano, novamente São João da Barra se posiciona como um dos municípios de bom desempenho (-36,2%), patamar próximo a Quissamã (-32,6%) e Carapebus (-32,4%). Por outra ponta, merece maior empenho da gestão pública o município de São Francisco de Itabapoana em função do alto IVS. A oferta crescente da educação básica e da formação profissional tem trazido efeitos bastante positivos neste quesito. No tocante ao subíndice Infraestrutura Urbana, há expressiva melhoria deste IVS nos

municípios de São Francisco de Itabapoana (-47,1%), Quissamã (-32,3%) e São Fidélis (-30,7%) e São João da Barra (-23,0%). Não houve variação nesse subíndice em Macaé durante esses dez anos, talvez pelo forte fluxo migratório para a cidade, em função da instalação física do Complexo regional de E&P – exploração e produção de petróleo e gás da de Campos, que demandou a expansão dos serviços básicos sem que houvesse, por parte da gestão pública, um planejamento efetivo¹⁴.

A Infraestrutura Urbana reúne aspectos essenciais para a vida urbana e o bem-estar da população, como saneamento básico, como a coleta de lixo¹⁵, tratamento de esgoto e abastecimento de água, e no aspecto da mobilidade, o deslocamento domicílio e trabalho. Vale destacar o déficit que o Brasil ainda apresenta em tratamento de esgoto, um serviço indispensável à saúde da população, face às suas implicações nocivas. A Lei Federal do Saneamento Básico, Lei nº11.445, de 05/01/2007, e o Decreto nº 7.217, de 21/06/2010, que regulamentam essa lei, dão suporte aos municípios em relação à gestão de serviços de saneamento básico. A Figura 2 mostra a evolução do IVS Infraestrutura Urbana dos nove municípios do NF.

FIGURA 2 – Índice de Vulnerabilidade Social - Infraestrutura Urbana dos Municípios da Região Norte Fluminense (2000 e 2010)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Atlas da Vulnerabilidade Social do Ipea - 2018

Mas é preciso o registro da melhora nesse subíndice, no conjunto de um maior equilíbrio entre os municípios do NF nesse atendimento dos serviços essenciais de saneamento. Dos nove municípios, cinco deles mostram *baixa* vulnerabilidade e os demais, *média* vulnerabilidade. São João da Barra, em 2010, registrou *baixa* vulnerabilidade, quando, em 2000, ainda apontava *média* vulnerabilidade. O município de São Francisco de Itabapoana se destaca, saindo do quadro de 2000 de *muito alta* vulnerabilidade (2000) para *média* vulnerabilidade, em 2010, o que significa uma refração de 47,1%. Carapebus também sai de *alta* para *média* vulnerabilidade. No conjunto dos municípios do NF, dentre os subíndices que compõem esse indicador, o serviço de coleta de lixo foi o que mais cresceu. Em 2000, atendia 67,7% da população e, em 2010, subiu para 94,6%. O saneamento básico, porém, ainda é deficitário, uma vez que 10,6% da população continuam sem o serviço.

De acordo com os dados do IBGE de 2018, a pequena cidade de São João da Barra, recebedora de royalties do petróleo e de ICMS do Porto do Açú, chega a 2018, porém com um cenário que ainda demanda muito investimento, pois i) 37,3% de domicílios possuem esgotamento sanitário adequado; ii) 58,5% de domicílios urbanos estão situados em vias públicas com arborização; e iii) 20,5% de domicílios urbanos estão localizados em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Isto faz com que, nesses quesitos, comparado com os outros municípios do estado, fique em 89.^a posição, 53.^a e 78.^a, respectivamente, dentre os 92 municípios (IBGE Cidades – Território e Ambiente – 2018).

Por fim, a respeito da mobilidade urbana, uma vez que os dados só começaram a ser coletados no Censo de 2010, o cálculo do IVS não incluiu o comportamento desse item. Vale ressaltar, contudo, as implicações desse subíndice, uma vez que as distâncias externas e os congestionamentos internos dessa relação estabelecida entre moradia e trabalho no dia a dia de trabalho interferem na vida dos trabalhadores, principalmente das grandes cidades e regiões metropolitanas, onde grande contingente de trabalhadores vive em bairros periféricos.

Quanto ao município de São João da Barra, há que se considerar o Porto do Açú como provocador de um movimento singular na região. O aumento da população com a chegada de trabalhadores, a remoção compulsória de famílias de localidades rurais onde se definiu o distrito industrial, as demolições e a construção do Porto do Açú geraram um reordenamento espacial, modificando, de certa forma, a dinâmica do município. Esse processo pressionou a gestão pública a adotar medidas para favorecer o transporte, embora ainda de forma deficitária em relação à demanda da população. Atualmente, sete linhas de ônibus circulam pelo município, sendo uma linha Circular pela orla das praias do município, Atafona e Grussaí, levando ao centro da cidade de São João da Barra. A localidade de Palacete, distrito de Barcelos, em

cujas franjas se definiram predominantemente os lotes para a construção de moradias populares de agricultores e pescadores oriundos das terras desapropriadas, é atendida pela linha que atravessa Barcelos e chega ao Açú.

O transporte alternativo também é utilizado, ligando o centro a outros distritos como Atafona e Grussaí e vice-versa. O município de forte tradição marítima e fluvial utiliza pequenas embarcações para o transporte de moradores para as ilhas fluviais e para o município vizinho de São Francisco de Itabapoana. Acredita-se que a ponte da Integração sobre o Rio Paraíba do Sul, ainda em construção, com 1.344 m de comprimento e 16,20 m de largura, ligando os municípios de São João da Barra a São Francisco de Itabapoana, concorrerá para a melhoria significativa para os dois municípios e para a dinâmica da região.

A BR-356 é a sua principal rota de acesso, por onde circula a linha intermunicipal ligando a cidade de Campos dos Goytacazes a São João da Barra. Trata-se de uma via de mão dupla, uma vez que jovens e adultos trabalhadores e trabalhadoras sanjoanenses recorrem à cidade de Campos seja pelo trabalho, seja pela formação profissional técnica; por outro lado, uma massa de trabalhadores que utiliza Campos como cidade de suas residências diariamente se desloca para o Porto do Açú em função do trabalho (COUTINHO, 2017). Entretanto, a rodovia, apesar de reformada para facilitar o acesso ao Porto e o transporte, está longe de atender às necessidades da região.

Diante desse cenário, percebe-se a pertinência da classificação feita pelo IBGE de Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias, calcada nos conceitos de território-zona e território-rede, que sinaliza para uma concepção mais estreitada e partilhada entre municípios, na perspectiva do desenvolvimento regional. Campos dos Goytacazes, contígua a São João da Barra, no NF, seria considerada pelo IBGE, em 2017, como uma Região Geográfica Imediata, por concentrar funções urbanas de maior complexidade, como serviços médicos especializados e universidades, mas os dois municípios podem potencializar ações conjuntas.

Embora seja um dos municípios mais contemplados por megaempreendimentos e tenha alcançado um PIB per capita que o coloca na 45.^a posição, dentre os 5.570 municípios do País, em 3.^a posição, no ERJ, e 1.^a posição, na microrregião (IBGE Cidades, 2018), esta situação nem sempre se traduz de forma equânime a índices de baixa vulnerabilidade ou mesmo traduz-se em um desenvolvimento humano expressivo.

Portanto, a história está em aberto, o que nos leva a reafirmar o papel do poder público e a importância de um planejamento regional, com políticas mais colaborativas entre municípios, na medida em haja convergência de interesses, potencializando horizontes de atuação.

5. Considerações finais

A preocupação dos pesquisadores em elaborar índices e indicadores para medir e avaliar a realidade social traduz uma colaboração importante para a sociedade e, em especial, para o poder público, uma vez que esses estudos podem subsidiar a proposição, implantação e avaliação de políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade de vida e bem-estar da população. Mesmo que pesquisadores e especialistas ressaltem a importância da pesquisa primária, por possibilitar uma maior aproximação e detalhamento da realidade, os índices

sintéticos são importantes, principalmente em sua aplicação em estudos de natureza social.

O IVS é reconhecido pela qualidade de sua metodologia e riqueza de indicadores presentes na sua construção. É presumível que um IVS, por si só, não seja suficiente para dar conta do quadro desigual característico da realidade, considerada em suas diversas escalas nacional, estadual, regional ou municipal. Daí a preocupação nesse estudo em trazer à luz outros indicadores para subsidiar as análises. Não obstante, os dados levan-

tados evidenciam que houve uma redução do IVS nos municípios do NF, realidade registrada em todo o País; e é possível inferir que as políticas públicas adotadas na década em questão tenham concorrido fortemente para essas mudanças. No caso desses municípios do NF, em especial os que fazem jus a altas somas de royalties, há um descompasso entre o volume de recursos e a proporcionalidade ou efetividade da reversão do quadro de vulnerabilidade social.

Em relação a São João da Barra, em especial, que, além da questão das rendas petrolíferas, abriga em seu território o Complexo Portuário do Açú, a expectativa é a de que a gestão pública possa ser mais impositiva,

REFERÊNCIAS

AQUINO, C.N.P.; CAMPINHO, A.L.M.C.; PEREIRA, L.A.C. Vulnerabilidade Social dos municípios do Norte Fluminense. In: XVII Seminário de Integração – Norte Fluminense: da crise à retomada econômica? 2018, Campos dos Goytacazes. Sessão Temática. Campos dos Goytacazes: UCAM-CAMPOS, 2018.

CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO (CEPERJ). Produto Interno Bruto dos municípios 2015 Estado do Rio de Janeiro, dez.2017.

COSTA, M. J. P.; LUTOSA, M. C. J. Mensuração do desenvolvimento socioeconômico ambiental. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ECOLÓGICA –Eco-Eco, 7., 2007, Fortaleza. Anais... Fortaleza: SBEE, 2007.

COUTINHO, Matheus Baptista de Souza. A expansão dos condomínios residenciais em Campos dos Goytacazes: uma análise do bairro Novo Jockey. 2017, 189 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades) – Universidade Candido Mendes – Campos dos Goytacazes, RJ, 2017.

CRUZ, J. L. V. da. Os desafios do Norte e do Noroeste Fluminenses frente aos grandes projetos estratégicos. Revista Vértices, Campos dos Goytacazes, v. 9, n. 1/3, p. 43-50, jan.- dez.2007.

_____. A retomada do crescimento brasileiro e a reestruturação do espaço regional no norte do Estado do Rio de Janeiro. In: Revista Vértices/Instituto Federal Fluminense de Educação, Ciência e Tecnologia, v. 14, n. especial 1. Campos dos Goytacazes: Essentia Editora, 2012, P. 31-61.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FIRJAN, 2016). <https://www.firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/ifdm-indice-firjan-de-desenvolvimento-municipal/>. Acesso em 14/03/2019

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Divisão regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias. Brasília, 2017. Acesso em 12/02/019.

_____. IBGE Cidades. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/sao-joao-da-barra/>. Acesso em 12/02/019.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros. Brasília: IPEA, 2015.

INFO ROYALTIES. Programa de Pós-Graduação em Planeja-

mento Regional e Gestão da Cidade. Universidade Candido Mendes. Disponível em: <http://inforoyalties.ucam-campos.br/>. Acesso em: 11 março. 2019

LEI No357/2015, de 25 de maio de 2015. Institui o Plano Diretor do município de São João da Barra e dispõe sobre o macrozoneamento do município. Prefeitura de São João da Barra. Estado do Rio de Janeiro. 2015.

MARQUES, E. Condições habitacionais e urbanas no Brasil. In: ARRETCHE, Marta (Org.). Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. São Paulo: Editora Unesp, 2015, p. 193-222.

MASSARDI, W. O; ABRANTES, L. A. Esforço fiscal, dependência do FPM e desenvolvimento socioeconômico: um estudo aplicado aos municípios de Minas Gerais. REGE, São Paulo – SP, Brasil, v. 22, n. 3, p. 295-313, jul./set. 2015.

MONIÉ, Frédéric. Dinâmicas produtivas, logística e desenvolvimento territorial In: COSTA, P.; VIDEIRA, S. L., FAJARDO, S.: (RE)leituras da Geografia Econômica, Rio de Janeiro: Letra Capital Editora. 2011. p.145-167.

ORAIR, R.O.; ALENCAR, A. A. Esforço Fiscal dos municípios: indicadores de condicionalidades para o sistema de transferências intergovernamentais. Monografia premiada do Tesouro Nacional. Brasília, 2010 (acesso em 20/03/2019).

PIQUET, R. Indústria do Petróleo e dinâmica regional: reflexões teórico-metodológicas. In: Piquet, R.; Serra, R. Petróleo e região no Brasil. Rio de Janeiro: Garamond, 2017, p.30-31.

SANTOS, M. Por uma Geografia Nova. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SERRA, TERRA E PONTES. Os municípios petro-rentistas fluminenses: gênese e ameaças. Revista Rio de Janeiro, n. 18-19, jan.-dez. 2006. P. 59-82

SILVA, A. A. P.; FERREIRA, M.A. M.; BRAGA, M. J.; ABRANTES, L. A. Construção de Índice de Promoção de qualidade de Vida (IPQV) para o Estado de Minas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, 2010, Lavras/MG. Anais... Lavras: ENPEGS, 2010.

TRAMONT, G. A. G.; DEODATO, I. A. N; SANTOS, V. J. Indicadores sociais do Município de São João da Barra: o que mudou com a implantação do Porto do Açú (2016).

NOTAS

³ “Corresponde à razão entre o número de pessoas que vivem em domicílios cujo abastecimento de água não provém de rede geral, e o esgotamento sanitário não é realizado por rede coletora de esgoto ou fossa séptica, e a população total residente em domicílios particulares permanentes, multiplicada por 100. São considerados apenas os domicílios particulares permanentes.”

⁴ “Corresponde à razão entre a população que vive em domicílios sem coleta de lixo e a população total residente em domicílios particulares permanentes, multiplicada por 100. Estão incluídas as situações em que a coleta de lixo é realizada diretamente por empresa pública ou privada ou o lixo é depositado em caçamba, tanque ou depósito fora do domicílio, para posterior coleta pela prestadora do serviço. Considerados apenas os domicílios particulares permanentes, localizados em área urbana (Atlas de Vulnerabilidade Social nos Municípios Brasileiros – Ipea, Brasília, 2015).”

⁵ “Diz respeito à razão entre o número de pessoas ocupadas, de 10 anos ou mais de idade, que vivem em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo, de agosto de 2010, e que gastam mais de uma hora em deslocamento até o local de trabalho, e o total de pessoas ocupadas nessa faixa etária, que vivem em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo, de agosto de 2010, e que retornam diariamente do trabalho, multiplicado por 100 (Atlas de Vulnerabilidade Social nos Municípios Brasileiros – Ipea, Brasília, 2015).”

⁶ “Em função das mudanças ocorridas no Brasil ao longo das últimas três décadas, em 2017, o IBGE divulgou um novo recorte das Regiões Geográficas, a partir de duas escalas: as Regiões Geográficas Intermediárias e as Regiões Geográficas Imediatas, até então conhecidas como, Mesorregiões e Microrregiões Geográficas, respectivamente. As Regiões Geográficas Imediatas têm na rede urbana o seu principal elemento de referência. Essas regiões são estruturadas a partir de centros urbanos próximos para a satisfação das necessidades imediatas das populações, tais como: compras de bens de consumo, busca de trabalho, procura por serviços de saúde e educação e prestação de serviços públicos, como postos de atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), do Ministério do Trabalho e de serviços judiciários, entre outros.

As Regiões Geográficas Intermediárias correspondem a uma escala intermediária entre as Unidades da Federação e as Regiões Geográficas Imediatas. Elas articulam as Regiões Geográficas Imediatas de funções urbanas de maior complexidade, como serviços médicos especializados ou grandes universidades. (IBGE, 2017). Para este estudo, a metodologia utilizada pelo IBGE na construção dos recortes regionais adotou os conceitos e território-rede e território-zona, que ajudam a mostrar a pluralidade das formas de se interpretar o espaço e sua relação com os sujeitos sociais (Divisão regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias. IBGE 2017).”

⁷ “Em relação à efemeridade dos royalties, autores como Serra, Cruz, Piquet (2006; 2012; 2017) apontam que os municípios petroleristas têm o compromisso de diversificar sua economia, criando oportunidades de novas receitas, e mesmo, fortalecer as iniciativas já existentes na região, de modo que a região ganhe maior dinamismo e esteja em condições de sobreviver num futuro pós-petróleo. A defesa da criação de um fundo para atenuar os períodos de crise entraria nessa pauta de discussão. Trata-se, portanto, de uma concepção de desenvolvimento comprometida com a economia e as condições de vida da região, o que redundará na efetivação de direitos sociais, redução/eliminação da pobreza, e, portanto, perspectivas positivas para as gerações futuras.

⁸ “Serra et al. (2006) esclarecem que produtores são as empresas petrolíferas concessionárias, mas se quiséssemos chamar figurativamente de produtores aqueles municípios que emprestam seus territórios às atividades de E&P, não poderíamos incluir mais do que três ou quatro municípios da Organização dos Municípios Produtores de Petróleo - Ompepro.”

⁹ “Mesmo que essa divisão ainda se mantenha, é necessário o registro da queda nessas receitas em função da crise do petróleo depois de 2014, associada às dificuldades enfrentadas pela Petrobras em decorrência da corrupção, acarretando decréscimo a produção, com conseqüente desemprego e redução na população em Macaé. No caso da Bacia de Campos, a crise também foi aprofundada em função da prioridade estabelecida pelo País no sentido da exploração do petróleo na camada do pré-sal, em detrimento de poços do pós-sal. Em 2017, a situação da Bacia de Campos começa a dar sinais de melhora.”

¹⁰ “<http://www.sjb.rj.gov.br/historico>, 2018. Acesso em 21 de março de 2019.”

¹¹ “Atualmente, a cidade sofre a concorrência do centro polarizador de Campos, que inibe as funções urbanas de São João da Barra. Por outro lado, Atafona e Grussaí passaram a desempenhar funções de veraneio. Mais uma vez, um porto, desta vez marítimo, promete transformar o município em importante instrumento de contribuição para a indústria de petróleo (TCE-RJ, ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2017).”

¹² “O cenário econômico do NF relacionado aos grandes empreendimentos não pode deixar de incluir também seus efeitos negativos, como violência, favelização, danos ambientais e sociais, evidências de contradições inerentes ao sistema capitalista e ao processo de industrialização e da urbanização acelerada, muito mais sensíveis nas economias de países periféricos e semiperiféricos.”

¹³ “O Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) acompanha anualmente o desenvolvimento socioeconômico dos municípios brasileiros em três áreas de atuação: Emprego & Renda, Educação e Saúde. É calculado com base em estatísticas públicas oficiais, disponibilizadas pelos Ministérios do Trabalho, Educação e Saúde, cuja metodologia possibilita determinar se houve melhora ou queda em função da adoção de políticas públicas específicas. O índice varia de 0 (mínimo) a 1 ponto (máximo) e, quanto mais próximo de 1 maior o desenvolvimento da localidade. A classificação é feita em quatro categorias para o desenvolvimento: índice situado entre 0 e 0,4 - Baixo; 0,4 a 0,6 - Regular; 0,6 a 0,8 - Moderado; e 0,8 a 1 - Alto. (FIRJAN, 2018).”

¹⁴ “Este segmento de E&P concentrado no NF se expandiu para a Região da Baixadas Litorâneas, envolvendo municípios como Rio das Ostras, Cabo Frio, Búzios, regiões turísticas, que ampliaram suas atividades econômicas.”

¹⁵ “Os dados censitários de 2000-2010 mostram que, salvo poucas exceções de regiões muito interioranas, a coleta de lixo foi a que mais se expandiu, principalmente nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste; no Sul, houve expansão de cobertura, enquanto nas Regiões Norte e Nordeste, o atendimento ainda é deficitário.

O PNUD continua aponta que o abastecimento de água nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste é praticamente universalizado; no Norte e Nordeste, houve uma elevação do índice para 75% em vários municípios. O saneamento básico seria o mais deficitário.”